

EMPRESAS E DITADURA: VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS COMO FONTE DE LUCRO

COMPANIES AND DICTATORSHIP: VIOLATION OF HUMAN RIGHTS AS A SOURCE OF PROFIT

Gilberto de Souza Marques¹

RESUMO

Este trabalho é um pequeno recorte de uma profunda investigação das relações entre Estado e empresas nas violações de direitos humanos durante a ditadura empresarial-militar brasileira. A pesquisa buscou comprovações que subsidiassem o Ministério Público a requerer medidas de reparação às vítimas. O artigo, especificamente, trata principalmente de analisar a evolução patrimonial do grupo empresarial Paranapanema e estabelece conexões com as graves violações cometidas por ele, e como isso foi resultado de sua busca por lucro – para o qual contou com cumplicidade e favores governamentais. Objetivamos ainda trazer o debate sobre Justiça de Transição para a economia política, recorrendo à acumulação por espoliação, dependência e acumulação ampliada de capital.

PALAVRAS-CHAVES: Violações de direitos humanos; ditadura; Paranapanema; acumulação; reparação.

ABSTRACT

This paper is a small excerpt from an in-depth investigation into the relations between the State and companies in human rights violations during the Brazilian corporate-military dictatorship. The research sought evidence that would support the Public Prosecutor's Office in requesting reparation measures for the victims. The article, specifically, deals mainly with analyzing the evolution of the assets of the Paranapanema business group and establishes connections with the serious violations committed by it, and how this was the result of its search for profit – for which it relied on government complicity and favors. We also aim to bring the debate on Transitional Justice to the political economy, resorting to accumulation through plunder, dependence and expanded accumulation of capital.

KEYWORDS: Human rights violations; dictatorship; Paranapanema; accumulation; reparation.

1. INTRODUÇÃO

Um grupo de sindicalistas investigou as relações da Volkswagen com a ditadura no Brasil, comprovando violações de direitos humanos por parte da empresa. Ela teve que assinar um termo de ajustamento de conduta junto ao Ministério Público Federal (MPF), entre outros, pagando uma quantia financeira. Parte deste pagamento foi destinada a financiar a investigação sobre outras empresas na relação da associação Estado e empresa durante o regime ditatorial. A condução das equipes de pesquisa ficou a cargo do Centro de Antropologia e Arqueologia forense da Universidade Federal de São Paulo. Entre estas empresas, estava a Paranapanema, objeto de nossa investigação específica. O objetivo foi levantar um conjunto de provas para subsidiar o MPF e o Ministério Público do Trabalho (MPT) em ações de reparação às vítimas das violações. Stephen Zwicker foi o procurador (MPF-SP) encarrado desde o início para acompanhar o caso.

¹ Professor da Faculdade e do Programa de Pós-Graduação do ICSA/UFPA.

Para alcançar os objetivos realizamos profunda pesquisa documental, incluindo arquivos da ditadura depositados no Arquivo Nacional. Recorremos a diversas outras fontes, como balanços patrimoniais e trabalhos sobre a trajetória da empresa, além de dezenas de depoimentos com as vítimas e seus familiares. Este fato é particularmente relevante, pois desde o início buscamos o contato direto com as vítimas e suas representações não apenas para colher depoimentos e comprovações, mas para definirmos em conjunto os caminhos a seguir. Não queríamos reproduzir o silenciamento que elas já sofrem a tantos anos.

Este artigo é um pequeno recorte da investigação. Trata principalmente de analisar a evolução patrimonial do grupo empresarial e estabelecer breves conexões com as graves violações de direitos humanos cometidos por ele, e como isso foi resultado de sua busca por lucro – para o qual contou com cumplicidade e favores governamentais.

Ainda que brevemente, por limitação de espaço, apresentamos algumas indicações sobre o debate e ações no campo da Justiça de Transição, buscando trazer esse tema para o diálogo com a economia política, particularmente com a análise da acumulação ampliada de capital, da acumulação por espoliação e das relações de dependência.

Afora esta introdução, a segunda seção trata das breves o diálogo teórico-metodológico. As demais seções abordam a evolução do grupo empresarial e a seção 8 sistematiza as violações.

2. ESPOLIÇÃO E DEPENDÊNCIA: A JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO EM CASOS DE VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

Na acumulação ampliada, o capital percorre o ciclo D-M-D', produzindo mercadorias em escala crescente e elevando a apropriação da natureza. Também a concorrência intercapitalista leva ao aumento a composição orgânica de capital (c/v), substituindo trabalhadores(as) por máquinas (MARX, 1988). Esses processos são mediados pela relação capital *versus* trabalho. Mas diferente do que possa parecer, o capital não representa uma via de mão única no sentido de sempre “modernizar” as relações sociais de produção. Ele caminha em meio a contradições e a um desenvolvimento desigual e combinado como expôs Trotsky (2007). Por isso, o capital pode tanto fazer desaparecer como recriar relações que aparentemente correspondem a modos de produção passados. É o caso do trabalho em condições análogas à escravidão, tão comum na Amazônia. Podem até parecer relações arcaicas de um passado distante do capitalismo, mas quando recriadas pelo capital contêm novo sentido e conteúdo, qual seja, a acumulação ampliada. A rentabilidade capitalista, nesses casos, decorre não da inovação técnica, mas da sobre-exploração do trabalhador. É como se processos acumulação primitiva (ou originária) de capital continuassem a se reproduzir na atualidade.

Os processos de apropriação (ou expropriação) dos territórios indígenas durante a ditadura podem ser analisados também em diálogo com noção de acumulação por espoliação (HARVEY, 2004)

e nos processos de transferência de valor² das regiões objeto de violações para outras regiões/nações sede das empresas, permitindo que elas tenham um lucro extra não necessariamente por causa da inovação tecnológica e/ou aumento da composição orgânica de capital (no empreendimento inovador), mas da sobre-exploração ou espoliação (CAMELY, MARQUES e MARQUES, 2023; MARQUES, 2019; OLIVEIRA, BORGES e MARQUES, 2024).

No caso, da produção mineral na Amazônia brasileira, o alto teor das reservas e a facilidade de extração dos minérios geram uma renda mineral (analisada a partir dos conceitos de renda diferencial e renda absoluta de Marx). Mas como os proprietários-acionistas destas mineradoras não residem na região, a renda mineral aumenta o montante da transferência de valor da Amazônia para outras regiões e para outros países. O mesmo acontece com a isenção de impostos concedidos às empresas. Parte do valor da mercadoria compõe seu preço na forma de impostos. Quando o governo deixa de cobrar esse tributo, a empresa pode vender sua mercadoria por um preço menor, sem nada perder, ao contrário. Neste caso, o preço pode estar abaixo do valor. A região ou país que importa o minério, por exemplo, adquire uma massa de valor (na forma de valor de uso) e paga um valor (expresso no preço menor) inferior ao seu total. Quem importa ganha, quem vende perde. Novamente ocorre a transferência de valor, tão comum na Amazônia.

Partimos e dialogamos com a perspectiva da Justiça de Transição, de modo a estimular a adoção de mecanismos de não repetição de violações e de reparação histórica dos vitimados pelas violações sistemáticas dos direitos humanos. Diversos trabalhos têm colaborado para isso. O relatório “Cumplicidade empresarial e responsabilidade legal”, da Comissão Internacional de Juristas, publicado por Ernesto Bohoslavsky e Horacio Verbitsky, foi precursor. Esse debate avançou elaborando a categoria “responsabilidade” para as análises da atuação empresarial em violações aos direitos humanos – substituindo noção de “cumplicidade”. A responsabilização busca explicitar o papel ativo do empresariado na repressão em ditaduras. Leigh A. Payne (2022), da Universidade de Oxford, defende a necessidade de responsabilização dos atores econômicos envolvidos em violações de direitos humanos. Payne destaca que a cumplicidade empresarial na violência estatal não se limita a "negócios imorais", mas constitui uma violação consciente de direitos humanos, sendo essencial a aplicação de mecanismos de Justiça de Transição para alcançar reparação.

No contexto brasileiro, a pesquisa "Responsabilidade de Empresas por Violações de Direitos durante a Ditadura", coordenada pelo Centro de Antropologia e Arqueologia Forense da Unifesp, é uma referência crucial. Este estudo investigou o papel de empresas na colaboração com o regime

² Tema analisado pela Teoria Marxista da Dependência (MARINI, 2005), que definiu a dependência como a condição em que uma nação se alimenta de parte do valor produzido por outra nação/região. Por meio de uma troca desigual, ocorre transferência de valor da Amazônia para economias centrais. A economia central se dinamiza e a região “periférica” vê aumentar suas contradições sociais e a própria dependência. Sintetizamos isso por meio da palavra saque (MARQUES, 2019).

ditatorial, contribuindo para as violações de direitos humanos. Atuamos neste trabalho do CAAF analisando especificamente o grupo Paranapanema (MARQUES et al, 2023a; 2023b).

3. PARAPANEMA E DITADURA: RELAÇÕES PROMÍSCUAS QUE COLOCAM O PÚBLICO A SERVIÇO DO PRIVADO

A Paranapanema foi criada em 15 de março de 1961, como empresa da construção civil pesada e tendo como sócios fundadores principais Octávio Lacombe, José Carlos de Araújo (proprietário de terras no Paraná) e Aloyzio Foz (acionista do Itau).

Em 1961, quando de sua criação, seu capital de fundação foi de CR\$ 25 mil, sendo incorporado e ampliado desde então. Ao final daquele ano, ela já contava com um patrimônio líquido de US\$ 348,110 mil (dólar da época), ativos de US\$ 2,740 milhões e “valia algo como US\$ 600 mil, levando-se em conta sua dívida líquida (sem o caixa) e o valor nominal da sua ação (capital dividido pelo número de ações existente)” (FERREIRA, 1998, p. 16).

A Paranapanema se aproveitou de suas vinculações estreitas com a estruturas de decisão dos governos da ditadura empresarial-militar brasileira para se expandir e se tornar um dos maiores agrupamentos econômicos do país entre o final dos anos 1970 e a década de 1980 (5º maior grupo da mineração nacional e 17º agrupamento econômico do Brasil). Em 1971, abriu seu capital ampliando-o a tal ponto que totalizou 20 mil acionistas, tornando suas ações muito procuradas e valorizadas na Bovespa. Aos poucos dominou a extração mineral da cassiterita/estanho³ do país, chegando a controlar 40% da produção. Seus sócios fundadores foram Octávio Cavalcante Lacombe (principal dirigente da empresa), José Carlos de Araújo e Aloysio Ramalho Foz (sócio do Itau S/A) – os dois últimos proprietários de terras no interior paulista e no Paraná.⁴

Os quatro primeiros anos da Paranapanema, coincidiram com a conspiração contra o governo João Goulart, derrubado por um golpe de Estado em 1964. O mais destacado dos sócios de Octavio Lacombe Cavalcante em projetos diversos foi Antonio Dias Leite Junior. Ele participou da campanha de “desestabilização” do presidente Jango enquanto dirigente do principal *think tank* da conspiração do pré-1964: o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPÊS), que era organização de retaguarda e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) assumia a frente ofensiva da conspiração anti-Goulart, formando o complexo IPÊS/IBAD (DREIFUSS, 1981).

³ Estanho é um metal extraído do minério cassiterita. Ele é muito utilizado na siderurgia e em outros ramos industriais. O preço da cassiterita é bem maior que o do ferro e este é um dos minérios que atualmente ainda são extraídos por garimpeiros nos territórios Yanomami de Roraima.

⁴ A empresa atuou na construção civil, engenharia, petroquímica, comércio e minerais metálicos e não metálicos, além da metalurgia, vendendo seus produtos no mercado nacional e internacional. Para além disso, adquiriu ações e outros títulos de bancos (como o Banco do Paraná, Itau e BNDES) e das estatais CPRM e Embraer. Também criou diversas subsidiárias na mineração e em outros setores. Foi ainda parte importante na constituição da empresa Aracruz (Aracruz Celulose e Aracruz Florestal).

Sócios importantes de Octávio Lacombe demonstram suas vinculações estreitas com os governos da ditadura. Além de Dias Leite, foi o caso de Eliezer Batista. Os três estiveram juntos na fundação da Aracruz Celulose. Eliezer Batista foi presidente da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) em 1961-1962 e, logo em seguida, Ministro de Minas e Energia. Após o golpe de 1964 assumiu a presidência da CAEMI (Companhia Auxiliar de Empresas de Mineração), empresa da mineração cujo proprietário era Augusto Trajano de Azevedo Antunes, articulador da derrubada de João Goulart (MARQUES, 2019), e fundador da Icomi (Indústria e Comércio de Mineração S/A), mineradora que extraía o manganês do Amapá em associação com a gigante estadunidense Bethlehem Steel. A Holding CAEMI controlava 51% do capital da Icomi. O restante estava com a norte-americana (MARQUES, 2009). Entre 1964 e 1968 foi diretor-presidente da Minerações Brasileiras Reunidas, que se originara da fusão da CAEMI com a Bethlehem Steel. Entre outras, também foi presidente da Rio Doce Internacional SA, subsidiária da CVRD em Bruxelas, a partir de 1974, ano de sua fundação. Permaneceu nela até 1979 quando assumiu a presidência da Vale (de 1979 até 1986).

Nesse cargo, Eliezer Batista, conduziu o Programa Grande Carajás (PGC), efetivado a partir do início dos anos 1980, e responsável por impulsionar megaempreendimentos minerários e energéticos numa área que incluía o Pará (mas não sua totalidade), Maranhão e o que atualmente é o Tocantins. A espinha dorsal do PGC era o empreendimento de extração de ferro (e outros minerais) de Carajás no Sudeste do Pará. Ainda nos anos 1970, junto a Otávio Lacombe, dirigiu uma faculdade no Rio de Janeiro. Em 1982, Eike Batista (filho de Eliezer) e o filho do ex-ministro de Minas e Energia, fundaram a Companhia de Minerações e Participações, a qual, por articulação de Eliezer Batista (então presidente da Vale), recebeu financiamento de John Aoki, grande empresário japonês que mantinha negócios com a própria CVRD (MARQUES et al, 2023b).

Antônio Dias Leite Júnior (sócio fundador da Aracruz em 1967, cuja Paranapanema era acionista) assumiu funções dirigentes em empreendimentos privados e em órgãos públicos (no governo João Goulart, por exemplo). Atuou no Grupo de Estudos e Doutrina (GED) do IPÊS, que junto à Escola Superior de Guerra (ESG) e IBAD, formaram uma tríade conspiratória de 1964. Em 1965 foi membro do recém-criado Conselho Consultivo do Planejamento do governo Costa e Silva. Foi presidente da CVRD (1967-1968) e Ministro de Minas e Energia (1969-1974), quando criou a Companhia de Produção de Recursos Minerais (CPRM em 1969). A Paranapanema era acionista da CPRM e depois recebeu dela os direitos sobre a mina do Pitinga-AM (negociações construídas na segunda metade dos anos 1970 e efetivadas contratualmente por meio do DNPM em 1982), quando se avançou a constituição de estudos e projetos minerários no Brasil e na Amazônia (MARQUES et al, 2023b).

Outras pessoas vinculadas à Aracruz (e à Paranapanema, na medida que essa era acionista da primeira e tinha em Lacombe um dos fundadores de ambas) cumpriram esse papel de assumir funções-chave na estrutura do Estado brasileiro durante a ditadura. Foi o caso do general Juracy Montenegro

Magalhães, sócio da Aracruz. Ele foi Ministro da Justiça entre 1965 e 1966 e Ministro de Relações Exteriores entre 1966 e 1967. Ernane Galvêas (presidente da Aracruz entre 1974 e 1977, e seu vice-presidente entre 1977 e 1979) foi Ministro da Fazenda (1961-1963 e 1965-1966), presidente do Banco Central do Brasil (1968-1974 e 1979-1980) e Ministro da Fazenda (1980-1985). Não bastasse isso, Arnaldo Lacombe, irmão de Octávio Lacombe, foi o diretor da Agência Brasil, órgão de comunicação do governo federal (e que produz a Voz do Brasil), entre 1966-1967 e 1969-1972. A própria família Lacombe assumia funções destacadas na estrutura da ditadura.⁵

Juracy Magalhães era ao mesmo tempo oficial militar e proprietário de empresa da qual Lacombe também era proprietário. Assim, a Paranapanema contratava militares de alta patente para seu quadro administrativo, de modo a estabelecer a articulação entre a empresa, as forças armadas e o Executivo federal. Destacam-se no quadro acionário e/ou de gestão da Paranapanema Mineração, Indústria e Construção S.A. os coronéis José Veras da Silva e Nelson Dorneles da Silva e o general de Brigada Mario Humberto Galvão Carneiro da Cunha, ex-integrante do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA).

No caso da empresa Sacopã (contratada para os trabalhos de “segurança privada” da *holding* Paranapanema e de suas subsidiárias), seus sócios proprietários, tenente Tadeu Abrahão Fernandes e os coronéis Antonio de Almeida Fernandes, pai de Tadeu Abrahão, e João Batista Toledo Camargo, eram vinculados às Forças Armadas e ao grupo empresarial Paranapanema. Este último, coronel da ativa, era chefe de polícia do Comando Militar da Amazônia (CMA) e diretamente subordinado ao general Octávio Aguiar de Medeiros, Ministro-Chefe do SNI.

Essa promiscuidade entre o público e o privado, era um mecanismo utilizado pela Paranapanema para conseguir favores estatais que se transformavam em lucro empresarial e, ao mesmo tempo, acobertavam violações que a companhia cometia.

4. ENTRADA NA MINERAÇÃO E NA AMAZÔNIA: BENEFICIAMENTO ECONÔMICO

Em 1965 passou a atuar na mineração a partir da aquisição da Minérios Brasileiros e Industrialização S.A. (Minebra), particularmente no Rio Grande do Norte, mas num empreendimento que deu prejuízo. A atuação no setor mineral ganhou destaque com sua entrada na exploração de cassiterita na Amazônia.

Em 1969, já com forte inserção nos governos da ditadura, a Paranapanema passou a explorar estanho no Mato Grosso, Rondônia e Amazonas, para o qual se associou a Plínio Sebastião Xavier

⁵ Arnaldo Lacombe também foi articulista e editor de jornais importantes. Foi o caso de O Estado de São Paulo, que na segunda metade dos anos 1980, desenvolveu uma campanha com mentiras contra o CIMI e contra Egydio Schwade, momento em que os indigenistas mantinham o apoio às lutas indígenas, entre os quais em Pitinga-AM, onde a Paranapanema-Taboca havia se apropriado do território Kinja.

Benfica, figura controversa em termos da forma como adquiria terras na região.⁶ Segundo a própria Paranapanema,⁷ em 1969 a empresa descobre a ocorrência de estanho na Amazônia e adquire as áreas de garimpo de cassiterita “pertencentes” a Benfica (áreas de Igarapé Preto e São Francisco).

Em verdade, não foi a Paranapanema quem descobriu cassiterita naquela região. Os garimpeiros já estavam lá fazendo a extração manual desse minério. Desde 1952 já havia registros de ocorrência de cassiterita em Rondônia (rios Machadinho, alto Candeias e Massangana) sob áreas de castanhais, o que, acompanhando a alta do preço internacional do minério, nos anos seguintes, levaria a uma corrida de garimpeiros e empresas e busca da extração. Em 1968 foram registrados depósitos de cassiterita no Igarapé Preto (Novo Aripuanã-AM) e São Francisco (Aripuanã-MT). Quando a empresa compra as terras de Benfica, ela já sabia da ocorrência mineral. Logo em seguida compra uma área em Massangana de outro grileiro, Clodoaldo Flores Pinto (MARQUES et al, 2023).⁸

Diante dessas aquisições e em negociações diretamente com o Ministro de Minas e Energia Dias Leite Jr., Lacombe requer e o ministro cria a Província Estanífera de Rondônia (Decreto-lei 1.101/1970), englobando áreas do Mato Grosso, Rondônia e sul do Amazonas. Nela foi proibido a extração por garimpeiros, ficando a área exclusiva para as empresas.

Com a aquisição das áreas em 1969, a Paranapanema inicia o processo de estruturar a extração mineral, para a qual a rodovia Transamazônica foi fundamental. Em função disso, ainda nesse ano funda a Mineração Taboca S.A. Em 1973, a Paranapanema incorpora a Mamoré Mineração e Metalurgia objetivando beneficiar o estanho. A Taboca seria a principal subsidiária no Igarapé Preto e região, mas havia outras subsidiárias, como a Mineração Aripuanã, por exemplo.

Igarapé Preto (Amazonas) teria sido seu primeiro empreendimento em estanho. Essa área ficava no território ocupado pelo povo Kagwahiva-Tenharim e que estava sendo cortado pela construção da rodovia BR-230, a Transamazônica. Segundo as palavras do ditador presidente Emílio Médici, a rodovia seria a verdadeira obra da integração nacional que levaria os homens sem-terra (do Nordeste) para a terra sem homens (a Amazônia, como que na região não existisse indígenas, ribeirinhos, quilombolas e outras populações) - era o falso discurso do vazio demográfico (MARQUES, 2019). Seria, então uma obra do progresso, segundo o discurso do presidente durante a inauguração: “O governo está disposto a fazer andar o relógio amazônico, que muito se atrasou ou ficou no passado” (DOC. A-005, Vídeo 1min12s).

⁶ Que seria, garimpeiro, comerciante, seringalista e grileiro, assim como Clodoaldo Pinto. Também, segundo denúncias, agia com violência contra indígenas e garimpeiros, recorrendo a jagunços/pistoleiros para reprimi-los.

⁷ paranapanema.com.br

⁸ As negociações sobre Massangana ocorreram por meio do advogado Gastão Neves, que seria contratado pela Paranapanema em 1982. Ele era sobrinho de Tancredo Neves (influyente político que se elegeria Presidente do Brasil em 1984) e primo do também destacado político Francisco Dornelles. Não nos estranha a Paranapanema o contratar num momento de ascensão de Tancredo Neves (MARQUES et al, 2023b).

Ela foi construída em vários trechos que foram sendo interligados. Para isso, diversas empreiteiras foram contratadas. A Paranapanema negociou e conseguiu que o governo federal a contratasse para construir o trecho em que a rodovia entra no Amazonas. A estrada, que passa por Altamira, desce até o sul do Amazonas, por onde o penetra. Respondia assim aos interesses da empresa pois passaria ao lado das minas que havia adquirido do grileiro Plínio Sebastião Xavier Benfica. Não é um absurdo acreditar que o trajeto foi pensado em função da extração mineral que interessava à Paranapanema. Ganhava duplamente: pela remuneração da obra e pela viabilização da extração de cassiterita, que não seria possível sem a estrada. A empresa se aproveitava da obra para consolidar a apropriação do território indígena.

Segundo o então Ministro das Minas e Energia, Antonio Dias Leite Jr., a burocracia do DNPM e do MME não estava atendendo adequadamente às necessidades do setor minerário da economia brasileira e os capitais internos, contudo, não conseguiriam arcar com um investimento da dimensão necessária para pesquisa geológica. Por isso, o ministro cria a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) que cumpriria uma função destacada de conectar recursos públicos para estimular a mineração privada no Brasil.

Nesse sentido, estava, então, a CPRM negociando áreas com financiamentos diretos de agências estatais e bancos, como o BNDE. Áreas que, ao serem encontradas, eram concedidas à iniciativa privada. Enquanto o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) ‘formularia as grandes linhas dos levantamentos básicos, inclusive elaborando os projetos de geologia, geofísica, geoquímica [...] os quais seriam executados pela CPRM’, a CPRM faria os trabalhos de análise e de pesquisa geológica, como também poderia entrar com processo de requerimento de pesquisa e lavra junto ao DNPM e ainda negociar diretamente com as empresas privadas de mineração que poderiam ser sócios ou ter ações da CPRM, como o tinha a empresa Paranapanema. Isso, por sua vez, garantia a celeridade no processo de aquisição dos territórios pelas empresas interessadas na exploração mineral (SANTOS, 2021, p. 114-115)

Nota-se a importância de Dias Leite Jr. ao setor empresarial minerário nos primeiros dez anos da ditadura empresarial-militar (1964-74). Coincidência ou não, foi justamente nesse período que o grupo empresarial passou a atuar no campo da mineração. Deixou, assim, de ser apenas uma empresa do ramo da construção civil pesada, diversificando suas operações para o setor da exploração mineral e, para tanto, contou com a influência política de alto nível de seu sócio proprietário (através da conexão com a Aracruz), consolidando e ampliando o perfil minerário da companhia, que estendeu suas áreas de atuação do Paraná ao norte do Brasil. No período em que foi ministro de Minas e Energia, a Paranapanema era fornecedora de insumos da Vale do Rio Doce (folhas de flandres, por exemplo).

O beneficiamento da cassiterita pela Paranapanema teria sido montado para atender à demanda da então estatal CVRD. O nexos Paranapanema-CVRD e/ou Paranapanema-MME encontrou em Dias Leite uma peça-chave na estratégia empresarial e política dessa *holding* dentro do aparelho de Estado e seu “estado-maior” político-econômico do planejamento da mineração no Brasil. Com esses acessos estratégicos e de alto nível, a Paranapanema se aliou a tecnocratas e militares do regime

militar, responsáveis por regular a mineração brasileira. Mais que isso, a *holding*, em grande medida, subsumiu a seus interesses político-econômicos o principal órgão responsável pela política indigenista do país: a Fundação Nacional do Índio (FUNAI). A subsunção da FUNAI aos interesses empresariais na mina do Pitinga-AM, explorada no território dos Kinja por uma subsidiária da Paranapanema – Mineração Taboca –, é o caso clássico, segundo Baines (1991), do “indigenismo empresarial”.

Assim, a Paranapanema participou, pelo lado empresarial, dos grandes projetos de “desenvolvimento” econômico lançados pelos militares que, à época, dominavam o aparelho de Estado e o Executivo federal em associação com o empresariado. Tanto seu papel de empreiteira da Transamazônica (BR-230), quanto sua incursão na mineração de cassiterita e estanho, puderam contar com as políticas oficiais e os incentivos públicos fornecidos pela ditadura militar, viabilizando, por exemplo, a atividade estanífera “privada” da Paranapanema.

Foi somente a partir do regime ditatorial instaurado em 1964 que se iniciaram os planos de “modernização” empresarial do setor de extração da cassiterita. Em 1969, o Plano Mestre criou a Residência de Rondônia para abrigar técnicos do DNPM aptos a orientarem a “racionalização” do processo de extração da cassiterita na região. O Ministério das Minas e Energia (MME), então, tomou ações que viabilizaram a extração empresarial do minério, ampliando a Residência do Departamento e criando a Província Estanífera de Rondônia (REGINATTO, 2019).

Octávio Lacombe, em entrevista de 1985 à revista *Minérios, Extração & Processamento* (n.º 97), chegou a afirmar que a Portaria do governo Médici que criminalizou o garimpo na Província Estanífera de Rondônia foi uma “sugestão” de sua própria empresa, que tinha se lançado, naquele período, em uma ofensiva junto ao DNPM e ao Ministério de Minas e Energia sob a gestão de Dias Leite, recebendo informações privilegiadas sobre a ocorrência de minérios no subsolo brasileiro fornecidos pelos militares ao grupo empresarial liderado por Octávio Lacombe, que reconheceu este fato na referida entrevista:

(...) no final de 69, nos foi dada uma indicação de ocorrência de estanho no extremo noroeste de Mato Grosso, num local que mais tarde viria a se transformar na nossa mina de São Francisco. (...) Visitando a região, vi que o local era habitável, com a presença de garimpo em áreas já intituladas pelo DNPM. A compra do minério garimpado era feita por empresas do sul do País, as fundições de estanho que se abasteciam das matérias-primas sem qualquer tipo de risco ou investimento. (...) A princípio realizamos intenso trabalho junto ao DNPM e ao então Ministro Dias Leite, das Minas e Energia. Propusemos que se criasse a Província Estanífera de Rondônia, voltada exclusivamente para a mineração industrial. Claro que havia outros interesses que se opunham à nossa ideia, interditando as áreas para a atividade de garimpo, sendo as indústrias do sul os mais poderosos. Mas, já em março de 1970, foi estabelecida a Província Mineral Estanífera de Rondônia. Foi uma vitória importante para a mineração brasileira (LACOMBE *apud* REGINATTO, 2019, p. 94)

5. ENTRADA NA BOLSA DE VALORES E CONCORDATA

Em 1971 a Paranapanema entrou na Bovespa, mesmo não sendo formalmente de capital aberto. Ela se enquadrava na categoria “outras companhias”. Em 1976 foi aprovada a Lei das

Sociedades Anônimas/Lei 6.404 (efetivada em 1978), por meio da qual somente poderiam participar dos pregões das bolsas de valores as empresas formalmente abertas. Então, em 1978, a Paranapanema atualiza seus estatutos para se adequar à lei. Logo na entrada, suas ações da ficaram entre as mais procuradas, chamadas *blue chips*. Em 1971, o lucro da companhia foi de CR\$ 15,035 milhões (US\$ 2,668 milhões). Seu valor de mercado saltou para CR\$ 174 milhões (US\$ 30,878 milhões), muito acima dos US\$ 600 mil do ano de sua fundação, em 1961.⁹ Em 1972 a Bovespa enfrentou um “estouro” de bolha especulativa (que vinha impulsionando o preço das ações). Ainda assim, as ações da Paranapanema se mantiveram entre as mais negociadas (14ª em volume de negociação financeira).¹⁰

A investida na bolsa ocorria em conjunto com ações agressivas no mercado. Em 1973, a Paranapanema, buscando o beneficiar o estanho extraído da Amazônia, incorporou 50% do capital da Mamoré Mineração e Metalurgia S/A. As atividades em torno da extração e beneficiamento mineral se tornaram protagonistas nos negócios da empresa, mas os trabalhos na construção civil (abertura de estradas, por exemplo) ainda tinham peso considerável (28% no início dos anos 1980) na holding (SANTOS, 2021) e, junto a outros subterfúgios, permitiram que a Paranapanema se apropriasse de aproximadamente 1,75 milhões de hectares de terras, em grande medida na Amazônia, na qual em apenas uma concessão (em torno do Pitinga-AM) recebeu mais de 500 mil hectares do governo em 1981. Vejamos algumas subsidiárias mineradoras e sua localização, grosso modo na Amazônia.

Tabela A-002: Paranapanema: empresas e áreas de mineração na Amazônia

ÁREAS DE MINERAÇÃO - DNPM PARANAPANEMA (holding)			
EMPRESAS (subsidiária)	QUANT./ ÁREAS	LOCAL	SUBSTÂNCIA MINERAL
Mineração Rio Marmelos S.A.	33	Pará e Amazonas	cassiterita, chumbo, cobre, columbita, zinco, tantalita, wolframita, zircão
Jatapú Mineração Indústria e Comércio LTDA	22	Amazonas, Amapá, Pará, Mato Grosso e Goiás	cassiterita, chumbo, cobre, columbita, ouro, tantalita, wolframita, zinco
Japurá Indústria e Mineração LTDA	13	Pará e Amazonas	chumbo, molibdênio, zirconita
Minebra Minérios Brasileiros LTDA	30	Bahia, Minas Gerais, São Paulo e Goiás	barita, grafita, x.grafitoso, vermiculita, argila, filito
Mineração Rio Turuna LTDA	5	São Paulo, Minas Gerais e Goiás	maganês, vermiculita
Abanari Mineração e Comércio LTDA	13	Amazonas, Roraima e Pará	cassiterita, columbita, molibdênio, ouro, tantalita, cassio, zinco
Acarai-Indústria de Mineração LTDA	13	Rondônia, Amazonas e Pará	cassiterita, molibdênio, ouro, tantalita, wolframita
Mineração e Comércio Anauá Ltda	13	Rondônia, Amazonas e Pará	cassiterita, chumbo, columbita, ouro, tantalita, wolframita
Mineração Tapajós Ltda	10	Pará e Amazonas	columbita, tantalita, wolframita
Timbó- Indústria de Mineração Ltda	12	Pará, Roraima e Amazonas	cassiterita, columbita, wolframita, zircônia
Canoas Mineração e Comércio Ltda	23	Pará e Goiás	cassiterita, chumbo, cobre, columbita, cromo
Rio Negro Mineração e Comércio Ltda	22	Amazonas, Goiás e Pará	cassiterita, cobre, chumbo, columbita, zinco
Mineração e Comércio Maracajá Ltda	14	Pará, Amazonas e Amapá	chumbo, ouro, wolframita, zinco
Mineração Camaporé Ltda	2	Amapá	Ouro
Canoas Mineração e Comércio Maracajá Ltda	16	Pará e Goiás	molibdênio, níquel, ouro, zinco
Mineração Camaporé Ltda	2	Amapá	Ouro
Mamoré Mineração e Metalurgia Ltda	1	Amapá	Ouro
Mineração Curuá Ltda	6	Mato Grosso, Goiás e Pará	cassiterita, chumbo, molibdênio

Fonte: Santos (2021, p. 109)¹¹

⁹ A maioria dos dados sobre ações e capital da Paranapanema foi encontrada no trabalho de Alcides Ferreira (1988) que reuniu os dados de fontes diversas, estimativas e os atualizou pelo preço do dólar do último dia do ano.

¹⁰ Mas no ano seguinte ela não conseguiu manter o mesmo nível de procura por suas ações.

¹¹ A partir de documento do Fundo do SNI do Arquivo Nacional –BR_DFANBSB_N8_0_PSN_IVT_OO69) D0001DE001

O grupo Paranapanema abarcou um número muito maior de subsidiárias em diversos ramos produtivos, mas com maior quantidade na mineração. Na investigação que fizemos, listamos 44 subsidiárias (algumas com nomes muito próximos, que poderia ter decorrido de algum ajuste societário). Eram empresas que em algum momento foram subsidiárias da Paranapanema, podendo ter sido fundadas por ela ou por outras pessoas e depois adquiridas pelo grupo empresarial em questão. Algumas dessas empresas foram fechadas e outras vendidas. Foi o caso, por exemplo, da Mineração Taboca, vendida ao grupo Minsur em 2008.

A Paranapanema também adquiriu participação acionária em outras empresas, públicas e privadas, tornando-se um grupo econômico ainda maior. No decorrer dos anos 1970 e 1980 a Paranapanema foi se constituindo e se consolidando efetivamente como holding (empresa principal/empresa-mãe que controla e/ou tem participação em outras empresas). Ela investiu em empresas estatais como o BNDE, EMBRAER, a CPRM e o Banco do Estado do Paraná, e também em empresas privadas como a Aracruz – tanto em sua Florestal S.A. quanto na Celulose S.A. – e o Banco Federal Itaú de Investimentos. Além de uma forte acumulação ampliada, constata-se também processos de concentração e centralização de capital na empresa.

Tabela A-003: Investimento da Paranapanema em ações de outras empresas

PARANAPANEMA S/A. MINERAÇÃO, INDÚSTRIA E CONSTRUÇÃO			
EMPRESAS/RAZÃO SOCIAL	TIPO DE AÇÃO/QUANTIDADE (investimentos)		VALOR CR\$
Aracruz Florestal S.A.	147.735 ações preferenciais nominativas		311.230,0 0
Aracruz Celulose S.A.	147.735 ações ordinárias nominativas		
	5.293.692 ações ordinárias nominativas		6.296.805,00
	1.003.113 ações preferenciais nominativas		
Cia. de Pesquisas e Recursos Minerais	50.400 ações ordinárias nominativas		84.000,00
	33.600 ações preferenciais nominativas		
Embraer - Empresa Brasileira de Aeronáutica	8.852 ações ordinárias nominativas		117.710,65
	75.607 ações preferenciais nominativas		
Banco do Estado do Paraná S.A.	267.750 ações preferenciais nominativas		644.521,00
	315.000 ações ordinárias nominativas		
Banco Federal Itaú de Investimentos	1.088.224 ações ordinárias nominativas		2.173. 946,00
	1.088.222 ações preferências nominativas		
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico	22.533 ações ordinárias nominativas		22.533,0 0

Fonte: Santos (2021, p. 111)¹²

Sedenta por ganhos cada vez maiores, a Paranapanema tentou uma jogada em grande medida especulativa. De acordo com Ferreira (1998),¹³ o Ministro do Trabalho e Previdência Social, Júlio de Carvalho Barata, em 1976, levantou a possibilidade de trocar enormes terrenos do INPS por hospitais, entre os quais uma área de 237 mil m² (conhecida como Baleia) ao lado da Marginal Pinheiros e da ponte Cidade Jardim, na cidade de São Paulo. Lacombe correu para negociar o terreno muito bem localizado, no qual planejava construir um megaempreendimento imobiliário. Para tal, comprou

¹² A partir de documento no Fundo do SNI do Arquivo Nacional, código BR_DFANBSB_1M_0_0_4861_D0086DE0094.

¹³ Alcides Ferreira, além de análise dos balanços empresariais, escreveu seu trabalho a partir de entrevistas com diretores e ex-diretores da Paranapanema, além de pessoas que aturam e funções importantes no mercado e/ou no governo, como foi o caso de Eliezer Batista. Muitas das informações decorrem dessas entrevistas.

hospitais no interior do Paraná e os trocou com a Previdência Social. Fez um empréstimo junto à Caixa Econômica Federal e deu as terras como garantia.

Acontece que a oposição parlamentar ao governo ditatorial havia conseguido expressiva votação nas eleições de 1974 para o Congresso Nacional, evidenciando fragilidades na ditadura (MARQUES, 2007). Ela passou a criticar fortemente a negociação do Ministério, em particular a que ocorria com a Paranapanema. Havia quem afirmasse que os hospitais sequer existiam. Diante disso, Golbery do Couto e Silva, Ministro Chefe da Casa Civil, determinou a anulação do acordo. O INPS entrou com ação judicial para tornar nula a negociação. A Caixa Econômica, para se proteger, executou as garantias do empréstimo que envolviam o terreno. A Paranapanema ficou sem a área, sem o empreendimento imobiliário e com uma grande dívida.¹⁴

Diante disso, e procurando se proteger de uma quebra, a Paranapanema pediu concordata preventiva em 24 de março de 1976, somente saindo dela em 29 de junho de 1978. Na mesma data da concordata, a Bovespa suspendeu a comercialização das ações da empresa e o Banco Central cancelou o registro dela como empresa de capital aberto. No último dia de negociação em pregão (24 de março de 1976) e de anúncio da concordata, as ações da companhia caíram para CR\$ 0,16 (US\$ 0,00001843). Quem havia comprado as ações no dia do lançamento em 1971 perdera 92,05% em dólar (FERREIRA, 1998). Ao final da primeira fase de atuação da Paranapanema na Bovespa, ela foi avaliada em CR\$ 16,224 milhões (US\$ 1,690 milhão) de valor de mercado, acumulando uma queda de 94,52% quando comparado a 17 e novembro de 1971. Segundo Ferreira (1998, p. 28), “A Paranapanema virou pó”.

6. MINA DO PITINGA: SALVAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DA PARAPANEMA NO GRANDE GRUPO EMPRESARIAL

Desde meados dos anos 1970, pelo menos, se intensificaram pesquisas sobre a ocorrência mineral em território Waimiri-Atroari (norte do Amazonas e sul de Roraima). As pesquisas conduzidas pelo Projeto Radar da Amazônia (RADAM), pela CPRM e pelo DNPM encontraram ocorrências de cassiterita em diversas áreas, e particularmente numa região que passou a ser conhecida como Pitinga (norte do Amazonas). Diante do acesso a informações privilegiadas,¹⁵ a Paranapanema articulou a transferência dos direitos minerários que até então pertenciam à CPRM, empresa estatal, mas de capital aberto,¹⁶ e da qual era acionista. Isso ocorreu entre 1978 e 1979, ainda que autorizações diversas devessem ocorrer para efetivar a transferência e iniciar o empreendimento de extração.

¹⁴ Somente em dezembro de 1981, um acordo entre a Caixa, a Previdência e a Paranapanema pôs fim ao embate judicial que se abriu em 1976.

¹⁵ Ferreira (1998) cita entrevista lhe concedida por Acyr Bernardes, que foi diretor jurídico da Paranapanema. Nela, Bernardes relata que soube do projeto Sulfetos do Uatumã, antes da CPRM divulgar seus resultados.

¹⁶ Em dezembro de 1994 a CPRM se tornou completamente estatal, cancelando em 1997 seu registro de companhia aberta.

Ao receber formalmente a concessão da mina do Pitinga, a Paranapanema, por meio da mineração Taboca, inicia em 1982 a exploração de cassiterita no que até então era território Kinja (Waimiri-Atroari).¹⁷ Construiu estradas, *company town*, pista de pouso, estrutura de mina, usina termelétrica e uma usina hidrelétrica (construída em dois anos). Em 1983 estabelece sociedade com Eike Batista (filho de Eliezer Batista, então presidente da Vale do Rio Doce) para um empreendimento de extração do ouro. Essa teria sido a primeira mina do iniciante empresário. Isso talvez fosse parte de uma negociação nebulosa maior porque nesse mesmo ano o setor de construção civil da Paranapanema é contratado para dois megaempreendimentos da Vale do Rio Doce: a fábrica de produção de alumínio da Albrás¹⁸ e as obras civis das minas do Projeto Ferro-Carajás,¹⁹ que, segundo Marques (2007), era o maior empreendimento até então em curso na Amazônia, e maior investimento da história da Vale.

Essas informações não são insignificantes, ao contrário. Elas são fundamentais para entender a saída da concordata e a forte expansão econômico-financeira da empresa nos anos 1980. Sem os favores governamentais (financiamento público, isenção fiscal, obras diversas, negociações/obras com a CVRD e construção de rodovias federais como Perimetral Norte e Transamazônica) e sem a apropriação (e início da extração) da mina do Pitinga (entre outras) a Paranapanema não teria se tornado “a” Paranapanema da década de 1980. A Amazônia foi, então, palco privilegiado para a alavancagem da Paranapanema, e a cassiterita/estanho seu motor. Evidentemente, os seus acionistas e aliados que ocupavam cargos-chave no executivo federal e os militares de alta patente que ela incorporava ao seu corpo de administração trabalhavam a favor dos interesses da empresa.

A primeira frente de lavra de cassiterita no Pitinga aberta pela Paranapanema foi iniciada em maio de 1982, ainda como lavra experimental no igarapé Queixada. Em junho do mesmo ano ela extraiu a primeira tonelada de cassiterita. Somente depois a empresa requereu e obteve o alvará de lavra.

Em 1982, a Mineração Taboca apresentou e obteve aprovação do Relatório Final de Pesquisa, efetuada no domínio do Igarapé Queixada, solicitando ao DNPM autorização para iniciar os trabalhos de lavra, ensejando a criação da figura extra-Código de Mineração da ‘lavra experimental’, atendendo-se ao argumento da titular sobre os elevados investimentos dispendidos durante a pesquisa mineral e a serem exigidos para futuro desenvolvimento das minas (RODRIGUES, 1997, p. 25)

A cassiterita do Pitinga, extraída pela Mineração Taboca, era ensacada e enviada para Pirapora-SP, onde outra subsidiária da Paranapanema, a Mamoré Metalurgia, fazia o beneficiamento, produzindo produtos com o estanho, que comercializava com outras indústrias. Segundo o Sumário Mineral do DNPM de 1997, o Pitinga tinha uma estimativa de 1,8 milhão de toneladas de estanho

¹⁷ Em verdade, ela já atuava no território anteriormente ao recebimento de autorização.

¹⁸ Nos anos 2000 foi vendida para a norueguesa Norsk Hydro.

¹⁹ Informações obtidas em paranapanema.com.br. As caracterizações são dos autores/equipe de pesquisadores.

contido em granito (rocha dura). Naquele momento, o consumo mundial era de aproximadamente 200 mil toneladas por ano.

A ocorrência se transformou em uma espécie de Meca de geólogos de todo o mundo, dada sua complexidade. Além do estanho, a rocha tinha tântalo, constituindo-se na maior reserva do planeta nesse minério. Possuía também nióbio, na segunda maior reserva mundial (a primeira também é brasileira e pertence ao grupo CBMM). Tinha criolita, um minério raro utilizado para produção de alumínio, constituindo-se na única reserva em suas proporções. Detinha zircônia, por sinal a maior reserva do Brasil desse minério. E, como se não bastasse, a jazida continha terras raras, como ítrio. (FERREIRA, 1998, p. 38)

Qual o impacto do Pitinga para a Paranapanema? As reservas de cassiterita/estanho na Amazônia guardavam um diferencial de custo fundamental para a Paranapanema. Enquanto nas grandes minas mundo afora a cassiterita era de difícil acesso, e, por isso, de custo de extração mais elevado, no Brasil era uma extração de aluvião (de superfície), o que diminuía custos, aumentando a rentabilidade. Dada a magnitude da mina do Pitinga,²⁰ o alto teor mineral, a facilidade de extração inicial (que era feita no leito dos rios, sem precisar no primeiro momento explorar a rocha sã/rocha primária, de maior profundidade) e o volume de investimento que teria que fazer, a empresa tomou Pitinga como prioridade. Outras minas mais custosas e menos rentáveis foram secundarizadas ou progressivamente desmobilizadas.

O capital da empresa e suas ações viveram um período de êxtase nos anos 1980. Desde a volta à Bovespa (em 2 de dezembro de 1980), as ações da Paranapanema seguiam movimentos normais do mercado, sem grande euforia e com oscilações diversas. As valorizações iniciais decorriam muito mais da forte queda que haviam tomado no momento da concordata (1976), de modo que estavam com preços baixos quando retornaram à bolsa. Contribuía para o pouco otimismo a crise da economia brasileira de então, levando o governo a anunciar em 1982 que não conseguiria pagar seus compromissos com os credores externos. Isso levou à queda das ações na Bovespa, incluindo as da Paranapanema: “O balanço de 30 de dezembro de 1982 mostra resultados medíocres, muito distantes das promessas feitas no início do ano. A receita líquida despencou 25%, para US\$ 58,001 milhões. O lucro bruto recuou 30,50%, chegando a US\$ 27,651 milhões” (FERREIRA, 1998, p. 45).

Mas o quadro mudaria drasticamente. Os números da extração crescente no Pitinga desde o final de 1982 animaram o mercado.²¹ Em 1983, a Paranapanema registrou a maior valorização de sua história, alcançando uma subida das ações preferenciais que totalizou 1.829,17% em dólar no ano: “A cotação nominal da ação preferencial da companhia subiu espantosos 6.503,77%, saindo de CR\$ 1,06 no final de 1982 para CR\$ 70,00 ao final do ano seguinte. Deflacionada pelo IGP-DI de 83, que atingiu

²⁰ A isso, repetimos, ainda se somou a ocorrência de outros minerais: ouro, tântalo (cuja reserva se acreditava ser a maior do planeta), Nióbio (uma das maiores do mundo), creolita e zircônio (maior do Brasil). Há indicações ainda, segundo denúncia de Egydio Schwade, que a extração mineral do Pitinga teria comercializado urânio.

²¹ “Em janeiro de 1983, a produção total da companhia voltou a 379 toneladas. Subiu para 415 no mês seguinte, foi a 436 e, em abril, atingiu o patamar de 1.016 toneladas de estanho. Em apenas um mês, a companhia extraiu o equivalente à metade de tudo que tinha produzido em 1980, por exemplo. A produção total de 1983 foi de 7.931 toneladas, 119% acima do ano anterior.” (FERREIRA, 1998, p. 47).

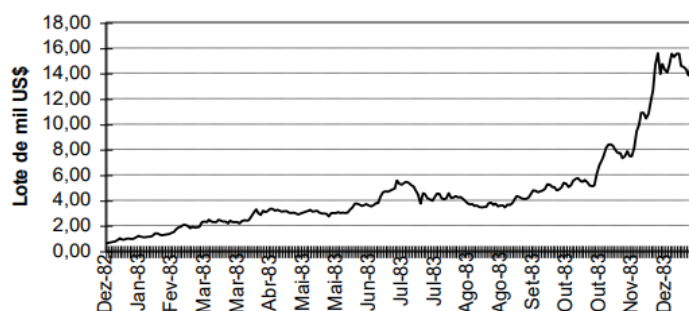
211,0%, a variação em moeda local foi de 2.023,39%” (FERREIRA, 1998, p. 45). A razão principal era a cassiterita extraída do território Waimiri-Atroari (Pitinga).²²

Paulo Lacombe, filho de Octávio Lacombe, concedeu entrevista à revista Capital Aberto, para a edição de dezembro de 2007 (ano 5, número 52). Ele trabalhou durante muitos anos na companhia. Na entrevista, referindo-se ao Pitinga (e provavelmente a mais algumas reservas), afirmou que o tamanho das reservas minerais e a diversidade dos materiais explicavam a rentabilidade da companhia. Contatamos, então, que os investimentos infraestruturais, a facilidade de extração e o volume e concentração mineral das reservas propiciavam a ocorrência da renda mineral (diferencial e absoluta), aumentando os lucros da companhia.

Assim, Pitinga propiciou não apenas a retomada da ascensão da Paranapanema, mas uma nova e mais intensa corrida por seus papéis. A empresa seria um “investimento seguro”, com auxílio oficial do regime empresarial-militar e de suas políticas econômicas para o setor minerário.

Outro fator daria uma ajuda adicional à empresa. Em 21 de janeiro de 1983 o governo desvalorizou 30% a taxa de câmbio, tornando a moeda brasileira mais barata e o dólar mais caro. A empresa já destinara 53,64% de sua produção para o exterior. Com a maxidesvalorização ela aumentou ainda mais as exportações: 72,5% do que produziu em 1983 ela destinou à exportação, totalizando US\$ 73,013 milhões (194% acima de 1982). Não custa lembrar, ademais, as obras que o governo também encomendava para a companhia nesse período. O valor de mercado da empresa igualmente decolou em 1983, chegando a 689% do seu patrimônio, uma expansão de 1.675,39% quando comparado a 1982. Sua capitalização de mercado chegou a US\$ 445,132 milhões (2.099,09% comparado a 1982). Esses dados são tão mais expressivos se lembrarmos que 1983 foi um ano de profunda crise da economia brasileira. A razão de Paranapanema seguir movimento de ganho tão diferente do restante da economia nacional? Pitinga.

Figura A-002: gráfico com a evolução da valorização das ações da Paranapanema
Alta de PMA (23/12/82 a 29/12/83)



Fonte: Bovespa apud Ferreira (1998, p. 52)

²² Para estimular ainda mais quem aplicava nas ações da empresa na Bovespa, a Paranapanema montava viagens demonstrativas ao Pitinga. Numa dessas teria fretado um boeing para levar 100 analistas de mercado ao empreendimento na floresta amazônica (FERREIRA, 1998).

Fatores externos também contribuíram para a expansão dos ganhos. Os preços internacionais do estanho vinham em crescente desde a segunda metade dos anos 1970, atingindo a maior cotação em 1980 quando chegou a US\$ 959,93 por libra (US\$ 21,166 mil por tonelada) em Nova Iorque.

Os preços caíram no decorrer dos anos 1980, mas na sua primeira metade ainda eram elevados (mesmo que já em redução), alcançando US\$ 11,540 mil em 1985, ano em que o cartel internacional do estanho (que controlava os preços internacionais) quebrou. No ano seguinte os preços caíram para US\$ 6,373. “O preço elevado no mercado internacional ao longo dos anos iniciais de elevada produção de Pitinga, 1983 e 1984, somado ao baixo custo para extração da cassiterita da mina, transformaram a Paranapanema em uma casa da moeda (FERREIRA, 1998, p. 53).²³ As ações da Paranapanema, segundo Ferreira (1998), foram as únicas que chegaram ao nível das *blue chips*²⁴ de estatais como Petrobrás, Vale, Telebrás e Banco do Brasil, se apresentando como um dos papéis mais negociados na Bovespa na década de 1980.²⁵

Em 1981, a Paranapanema passou a liderar a fabricação do metal no país, atingindo seu ápice seis anos depois, quando foi responsável por mais de 70% da produção nacional. No período 1983-1987, o grupo também liderou o volume de estanho negociado no mercado interno e no exterior. No último caso, as receitas provenientes da exportação representaram 87,2% do total comercializado pelo grupo. Em meio a esse vertiginoso crescimento, o grupo ingressou na mineração de ouro. A lavra desse mineral se realizava de forma muito semelhante à da cassiterita de suas minas, facilitando o processo de expansão. Localizada no município de Alta Floresta (MT), a primeira mina aurífera do grupo, operada pela Mineração Porto Estrela, produziu 1,5 tonelada em seu primeiro ano de atividade (1982-1983). Em relação ao setor originário do conglomerado, a participação da construção civil em seu faturamento global variou ao longo dos anos 1980, de 27,8%, no primeiro ano da década, para 40,9% em 1988. As razões de tal aumento foram o envolvimento da Paranapanema na construção de trechos da Ferrovia do Aço – ligando os municípios de Jeceaba (MG) a Volta Redonda (RJ) – e da Ferrovia

²³ “A receita líquida em 1983 subiu para US\$ 86,619 milhões, 49,34% acima do ano anterior. Como o custo caiu, o lucro bruto disparou. Foi a US\$ 58,035 milhões, 109,89% superior ao de 82. As despesas operacionais também diminuíram, por conta de menores despesas financeiras e de depreciação. Dessa forma, o lucro operacional aumentou 207,45%, para US\$ 50,885 milhões. O lucro líquido em 1983 atingiu US\$ 49,145 milhões, 357,59% acima do ano anterior” (FERREIRA, 1998, p. 55). Em 1984, as ações da empresa se valorizam 177,20% em dólar e suas ações preferenciais totalizaram 17,70% do giro da Bovespa. Sua receita líquida foi de US\$ 143,251 milhões (65,38% de crescimento) e o lucro bruto totalizou US\$ 102,281 milhões (76,24% a mais que o ano anterior). O seu valor de mercado bateu recorde e chegou a US\$ 1,173 bilhão. A Mineração Taboca, sua principal subsidiária no Amazonas, foi classificada como a empresa mais rentável do país na lista da revista *Exame*. Pitinga era o empreendimento principal da Taboca (e da *holding* Paranapanema).

²⁴ *Blue Chips* são ações de elevada liquidez (capacidade de compra e venda, de negociação rápida, de se transformar em dinheiro) na bolsa de valores. São ações de empresas de grande porte e que se acredita terem forte solidez financeira no mercado. Por isso, são muito procuradas e têm alta cotação. O nome decorre das fichas azuis do jogo de poker, as mais valiosas.

²⁵ José Carlos de Araújo teria sido perguntado sobre a razão da Paranapanema ter alcançado o topo da Bovespa. Sua resposta teria sido: “lucro”. Ele se referia principalmente aos grandes ganhos que se obtinham principalmente depois que se iniciou a extração do Pitinga.

Norte-Sul – concebida para ligar os estados do Pará, Maranhão, Tocantins, Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (REGINATTO, 2019, p. 96)

Deve-se notar que o próprio Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), entidade cofundada e já presidida por Octávio Lacombe, reconheceu em anexo de um de seus documentos circulados no SISNI, “Mineração ou Garimpo? É à Empresa de Mineração que se deve conferir a responsabilidade pela produção de bens minerais”, que o Grupo Paranapanema era um dos “frutos” da política econômica minerária da ditadura militar brasileira (DOC. A-003, fl. 331).

Além de isenções fiscais (que propiciavam lucros maiores e transferência de valor), outro exemplo de beneficiamento político-econômico da Paranapanema pelos órgãos de Estado ocorreu, inclusive, durante o primeiro governo civil pós-ditadura. Tratou-se de um bloqueio bem-sucedido feito à solicitação do então Subprocurador Geral da República, Carlos Victor Muzzi, que requisitara a interdição da estrada e da mina do Pitinga. No Ofício n.º 43, de 25 de outubro de 1989, o Subprocurador da República solicitou a declaração da “nulidade absoluta dos mencionados contratos [referentes à Estrada e à Mina do Pitinga]” e que fosse “imediatamente interditada a estrada ilegalmente construída pela empresa Timbó Indústria de Mineração Ltda. Na área Waimiri-Atroari, objeto do processo administrativo desse órgão (DOC. A-004, fl. 11). A articulação Paranapanema-governo impediu que a ação do subprocurador travasse o escoamento do minério.

Mesmo após o término da ditadura militar, a Paranapanema continuava tendo acesso privilegiado a ministros de Estado em posições estratégicas para a defesa dos interesses da empresa e o “Projeto Pitinga” era assim colocado na categoria dos “altos interesses nacionais”. Ao lado desse beneficiamento econômico da Paranapanema por sua associação de “alto nível” com o regime ditatorial e com o governo Sarney, deve-se computar a total ausência de direitos trabalhistas e de proteção aos trabalhadores indígenas e não indígenas empregados pelo grupo empresarial.

7. CRISE DA COMPANHIA E MUDANÇAS NO CONTROLE ACIONÁRIO

Um cartel internacional de produtores de estanho controlava o preço internacional do produto desde final dos anos 1920, buscando evitar sua queda a partir do controle da oferta do produto. Era composto por Austrália, Malásia, Indonésia, Tailândia, Bolívia, Nigéria e Zaire, até então maiores produtores mundiais. Na década 1970, o governo dos EUA começou a vender seu estoque estratégico de estanho. Favorecia aos estadunidenses a descoberta de produtos substitutos do estanho, a produção de novos tipos de embalagens (de alumínio, papel etc. e sem estanho) e a crítica sobre os efeitos nocivos à saúde das embalagens de lata a partir das folhas de flandres. O consumo mundial de estanho deixou de crescer, ficando em torno de 180 mil toneladas ao ano.

A partir de 1976, a Bolívia passou a decidir sozinha suas cotas de exportação. Brasil e China também entraram com grande oferta no mercado, e não se submetiam ao cartel. Resultado: os estoques

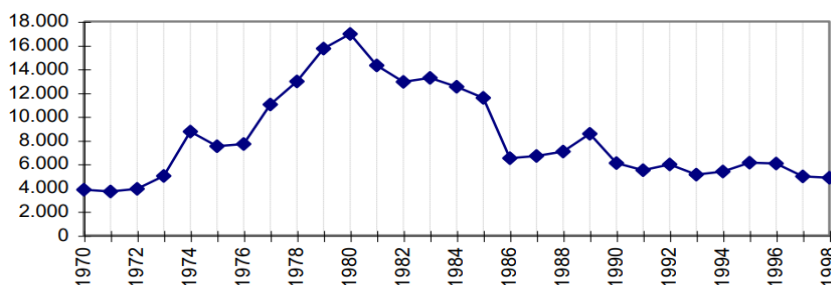
mundiais cresceram muito. Em 24 de outubro de 1985 o cartel anunciou que não tinha como pagar o endividamento tomado para comprar estanho e controlar os estoques (e os preços). A London Metal Exchange (LME) entrou em crise e deixou de negociar o produto. Os preços internacionais despencaram. As ações da Paranapanema caíram 8,99% nesse dia. O *crash* atingia todo o mercado de estanho. Um dia antes, com ações em ascensão, o valor de mercado da Paranapanema foi cotado em US\$ 2,595 bilhões. No final de 1985 (pouco mais de 2 meses depois do *crash*) esse valor tinha caído para US\$ 890,204 milhões e suas ações haviam se desvalorizado 62,31% em dólar.

Lacombe usou Pitinga para tentar acalmar o mercado. Afirmou que lá encontraram grande quantidade de ouro, além de terras raras e zirconita. Essas extrações seriam aceleradas. Lembrou que tinha um contrato de exploração de ouro na Guiana (ex-colônia inglesa) e que a empresa estava na região da serra do Traíra, muito rica em ouro (território Tukano e de outros povos originários). Fato que permitiu que em 1985 a Paranapanema tivesse extraído 576 kg desse minério.²⁶

A quebra do mercado internacional do estanho ocorreu próximo do final do ano, onde até então tudo era euforia para a Paranapanema. Apesar da queda de seu valor de mercado e das suas ações, suas atividades muito rentáveis nos dez meses anteriores lhes garantiram lucros recordes ainda em 1985: US\$ 133,446 milhões, 40,95% a mais que 1984, maior lucro de sua história.

Mas, em 1986, os dados revelaram toda a magnitude da crise – e ainda foram impulsionados pela crise da economia brasileira e o insucesso do Plano Cruzado de estabilização econômica (MARQUES, 2007), aliado à continuidade da queda dos preços internacionais. Em 23 de outubro de 1986 (um ano após a quebra do cartel internacional) a cotação do estanho nos EUA havia reduzido 40,40%. O lucro da Paranapanema caiu 93,43%, ficando em US\$ 8,766 milhões. Suas ações caíram 25,65% - e já haviam despencado no final do ano anterior (FERREIRA, 1998).

Figura A-003: Gráfico com evolução do preço médio do estanho na LME
Preço médio LME em US\$/t, nominal



Fonte: Ferreira (1998, p. 63)

A Paranapanema passou a desativar algumas minas de custo operacional mais elevado, como as de Rondônia, e concentrou ainda mais suas atividades no Pitinga, além das investidas no alto rio Negro em busca de ouro (territórios Tukano, Baniwa, Yanomami e outros). Um ano depois do *crash*,

²⁶ Essas informações estão em matéria de O Estado de São Paulo de 5/11 e no Balanço Patrimonial de 1985.

Lacombe contratou Samuel Assayag Hanan²⁷ para dirigir o setor de mineração do grupo, e particularmente a Mineração Taboca. Ele fez uma reorganização administrativa e financeira, de alguma forma ajudada pela leve recuperação dos preços internacionais (17,49%) em 1987, mas a economia brasileira continuava em dificuldades em função da inflação, moratória da dívida externa e fracasso do Plano Bresser (MARQUES, 2007). Ainda assim, e aproveitando o custo baixo da extração no Pitinga e o baixo nível salarial de seus empregados, a reestruturação empresarial reduziu a magnitude da crise. “Os ganhos de eficiência puxaram o lucro líquido, que fechou 1987 em US\$ 30,678 milhões, 249,93% acima do ano anterior” (FERREIRA, 1998, p. 66).

Mas as ações da companhia continuaram a se desvalorizar na Bovespa, acompanhando o movimento da bolsa. Em 1988 os preços do estanho nos EUA cresceram 6,63%. A reestruturação financeira, produtiva e administrativa da Paranapanema, incluindo austeridade salarial, teve continuidade, associada à maturação de empreendimentos como o Pitinga, melhorando alguns de seus indicadores empresariais. Porém, tal qual ocorria nos anos anteriores, as ações da empresa apresentavam movimentos oscilantes. Em 1989 as ações preferenciais tiveram uma perda de 28,20% em seus preços. Suas receitas líquidas bateram recorde (US\$ 385,230 milhões), mas as despesas operacionais cresceram tanto quanto (111,80%, alcançando US\$ 70,345 milhões), mantendo o lucro estável em US\$ 63,766 milhões (leve queda em relação a 1988), mais ainda expressivo.

As contradições que a Paranapanema enfrentava na segunda metade dos anos 1980 ficariam mais fortes nos anos 1990. Isso foi acelerado pelas dificuldades da economia nacional a partir do Plano Collor, que confiscou poupança para tentar conter a inflação. O PIB caiu e a economia entrou em recessão. Em 1990, a Paranapanema registraria prejuízo de US\$ 12,111 milhões, fato que não acontecia desde 1980, mas que a partir de agora se repetiria com frequência. Sua receita líquida caiu 58,36%, ficando em US\$ 160,400 milhões. O índice Bovespa despencou 73,05% e as ações da empresa caíram ainda mais (75,93%). Seu valor de mercado seguiu o mesmo movimento despencando para US\$ 108,910 milhões. O mercado havia perdido o encanto pela Paranapanema a tal ponto que esse seu valor era equivalente a apenas 39% de seu patrimônio.

Para piorar, a companhia já não contava com os inúmeros favores estatais conseguidos junto aos governos da ditadura empresarial-militar, ao contrário. Em função da crise fiscal do Estado, alguns pagamentos por obras públicas que ela havia sido contratada, não estavam sendo cumpridos, principalmente por governos estaduais. Em 1991, seu prejuízo mais que dobrou, totalizando US\$ 30,591 milhões somente nesse ano.

²⁷ Ele era executivo da British Petroleum. Hanan se tornou superintendente da Taboca, vice-presidente executivo da Paranapanema e seu presidente depois da morte de Lacombe. Não bastasse isso, aproveitou da expressividade da Taboca no Amazonas e se tornou vice-governador do estado.

Em 1993 os preços do estanho caíram para US\$ 4,5 mil por tonelada. O prejuízo da empresa foi de US\$ 5,722 milhões. Ao final apresentou um lucro líquido porque vendeu sua participação ordinária em algumas outras empresas, como na Itaúsa e na Azevedo Travassos, mas em 1994, o prejuízo operacional da empresa subiu para US\$ 10,380 milhões.

Em abril de 1992, José Carlos de Araújo vendeu suas ações a Octávio Lacombe: “Com o negócio, Lacombe ficou com cerca de 70% do capital ordinário e um quarto do capital total da empresa”. (FERREIRA, 1998, p. 80-81). Três meses depois, Lacombe morreu ao capotar o carro que ele dirigia. No final de 1993, a família Lacombe decide vender o controle acionário do conglomerado. A venda foi efetivada em dezembro de 1995. Um grupo de fundos de pensão, liderados pela Previ (Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil) passou a controlar a empresa, conduzindo até mesmo a aquisição de outras empresas da *holding* (da produção de cobre, por exemplo).

A compra da Paranapanema envolveu R\$ 130 milhões. A Previ, que já era grande acionista da Paranapanema desde o final dos anos 80, passou a ter 39,6% das ações ordinárias. Em seguida, ficaram a Petros (da Petrobrás) com 22,79%, o Instituto Aerus de Seguridade (Varig) com 13,43%, a Sistel (Telebrás) com 11,92%, a FPS (Fundo de Participação Social, do BNDES) com 9,30% e a Telos (Embratel) com 2,72%. (FERREIRA, 1998, p. 85)

Naquele ano, o prejuízo da companhia foi de US\$ 21,853 milhões (73,62% a mais que em 1994). Em 1996 eles totalizaram US\$ 76,506 milhões (250% sobre o ano anterior). Em 1997, o prejuízo subiu novamente: US\$ 335,440 milhões. Ainda em 1996, em meio à crise da *holding*, foram encerradas as divisões de construção civil, coleta de lixo, corretagem de seguros e produção de petróleo. Desde 2004, diante da enorme dívida, ela já passava por forte reestruturação administrativa, financeira e operacional. Em 2006, com uma dívida de R\$ 1,2 bilhão (*Revista Capital Aberto*, 2007), foi firmado um acordo com Previ, Sistel, Petros e um fundo do BNDES, onde ela se comprometeu a fazer oferta pública de ações e se adequar ao novo mercado da Bovespa.

A Paranapanema vendeu os segmentos de zinco (2002) e estanho (2008). Em 2009 e 2010, a empresa passou por forte reorganização societária, deixando de atuar como *holding*, mas a crise permaneceu nos anos seguintes. Em 30 de novembro de 2022 a empresa pediu recuperação judicial, sendo aprovada em 13 de dezembro do mesmo ano. Desde então, divulga relatórios mensais de recuperação judicial. No relatório de recuperação judicial de dezembro de 2022 a Paranapanema informou ter um patrimônio líquido de R\$ 2,240 bilhões e que no ano seu prejuízo foi de R\$ 1,344 bilhão (PARANAPANEMA, 2022). No relatório de recuperação judicial de abril de 2023 a empresa informa que está concentrada na produção do cobre (portanto, sem o foco no produto que historicamente a impulsionou: a cassiterita/estanho) (PARANAPANEMA, 2023). Seu quadro acionista informado também mudou. Chama atenção a participação da Caixa Econômica Federal, maior acionista atualmente, com 16,178% ações ordinárias (que têm poder de voto). Talvez isso tenha decorrido da transformação de dívida da empresa junto ao banco estatal em capital acionário.

Tabela A-005: Composição acionária da Paranapanema – 20/05/2023

Base Acionária	
Acionista	% Total
Caixa Econômica Federal	16,178
Mineração Buritirama S/A	8,637
Cargill Financial Services Internat. Inc.	7,923
EWZ Investments LLC – Socopa Soc Corretora	6,497
Glencore International Investments LTD.	5,733
Bonsucex Holding S/A	5,707
Luiz Barsi Filho	5,372
EWZ Brasil FIA	3,373
Silvio Tini de Araújo	0,460
Tesouraria	0,003
Outros	40,573

Fonte: Paranapanema in:
<https://ri.paranapanema.com.br/governanca/composicao-acionaria/>
 acessado em 20/05/2023. Elaboração equipe de pesquisa

No caso específico da Taboca (principal mineradora da holding), fundada em 1969, ela se concentrou principalmente na mina do Pitinga-AM, inicialmente explorando a cassiterita de aluvião. Em 2005, ela arrendou as instalações da Mamoré Mineração e Metalurgia de São Paulo, de modo que as operações de extração e beneficiamento industrial do estanho passaram a ficar somente em suas mãos. A partir de 2006 passou a extrair o minério da rocha primária (rocha-sã). No Pitinga, além da cassiterita (estanho), também se extrai a columbita (de onde se produz o Nióbio e o Tântalo). A Taboca está presente em Presidente Figueiredo-AM (mina do Pitinga) e em Pirapora de Bom Jesus-SP (com a planta de fundição e refino) (mtaboca.com.br). Em 2008 o grupo Minsur, formalmente de origem peruana, e que se apresenta como 2º maior produtor de estanho do mundo, adquiriu o controle acionário da Taboca e da Mamoré Mineração e Metalurgia (minsur.com). A transferência da Taboca para a Minsur foi o coroamento deste caso de acumulação por espoliação.

8. CONTRAFACE DOS LUCROS: VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

A transformação da Paranapanema em grande grupo empresarial foi acompanhada de enorme rastro de violações. A pesquisa da qual este artigo é produto, encontrou documentos e colheu muitos depoimentos que apontam comprovações e denúncias neste sentido.

A empresa foi a empreiteira de construção da Transamazônica no sul do Amazonas (Apuí-Humaitá-Lábrea), onde habitam os Tupi Kagwahiva (Tenharim, Jiahui, Parintintim...). Durante as obras, teria disseminado o consumo do álcool entre indígenas, destruído cemitérios (sem retirar os corpos), aldeias e traços culturais (proibindo os Tenharim do Igarapé Preto de falar sua língua). Também teria usado indígenas em regime de escravidão (MARQUES et al, 2023b). Há relatos de que empregados da empresa estupravam mulheres e sequestravam crianças.²⁸ O contato com os não indígenas provocou várias doenças. Em depoimento à equipe de investigação, os Kagwahiva relataram

²⁸ Outros povos também teriam sido vítimas da Paranapanema e de empresas de mineração em Rondônia e Mato Grosso: Karintiana e Piripkura, por exemplo.

o impacto do sarampo (que até então não conheciam), mantendo tantos indígenas que em determinadas aldeias, os vivos não tinham forças para enterrar os mortos.

Na região do rio Negro (noroeste do Amazonas), por meio do coronel Nelson Dorneles e da Sacopã, a empresa teria coagido e aliciado lideranças indígenas para assinar contratos de extração de ouro. A Sacopã teria controlado rios (até de navegação internacional), definindo quem poderia ou não navegar no mesmo. Ela também teria recebido fardas da PM do Amazonas para reprimir garimpeiros não-indígenas, como se seus guardas fossem a própria polícia do estado. Relatos colhidos também informam que a empresa contratava indígenas (do povo Tukano e de outras etnias), mas lhe repassava apenas equipamentos para o trabalho, alimentos e algum pagamento esporádico. Em alguns casos sequer recebiam pagamento financeiro, configurando trabalho escravo.

Ao construir a BR Perimetral Norte em Roraima, a Paranapanema teria violado direitos de Yanomami e Macuxi e aproveitado a obra para entrar no território Waimiri-Atroari (Kinja/Kiña), cujo território se estende do sul de Roraima ao norte do Amazonas. A principal empreiteira desta obra foi a Camargo Corrêa. Outra estrada, a BR 174 (Manaus-Boa Vista) foi iniciada em 1967. Como os Kinja se opuseram, a obra foi repassada para o Exército (6º BEC). Pelos relatos indígenas à equipe de investigação, aos procuradores federais e outros interlocutores, os Kinja foram bombardeados por terra, água e por ar. Até *napalm*, utilizado pelos EUA contra os vietnamitas, foi usado:

Kramna Mudí era uma aldeia Kiña que se localizava na margem oeste da BR-174, no baixo rio Alalaú [...]. No 2º semestre de 1974, Kramna Mudí acolhia o povo Kiña para sua festa tradicional. [...] A festa já estava começando com muita gente reunida. Pelo meio-dia, um ronco de avião ou helicóptero se aproximou. O pessoal saiu da maloca pra ver. A criançada estava toda no pátio para ver. O avião derramou um pó. Todos, menos um, foram atingidos e morreram [...]. Os alunos da aldeia Yawará forneceram uma relação de 33 parentes mortos. (SCHWADE apud CEDVMJA, 2014, p. 15)

Sem entender a razão das agressões (incluindo a construção da UHE Balbina), os indígenas se perguntavam: por que kamña (branco) matou Kinja/Kiña (Waimiri-Atroari)? A construção da BR 174 foi permeada por violações cometidas pelo Estado contra os Kinja. A Paranapanema não foi a empreiteira da obra, mas sem a BR-174 a Taboca não conseguiria escoar a cassiterita do Pitinga (área dentro do território Kinja). A estrada respondeu aos interesses da mineradora. Quando a rodovia foi inaugurada (1977), a Paranapanema recebeu formalmente os direitos minerários sobre o Pitinga. Para isso, junto ao governo, forjou uma fraude cartográfica e etnográfica, “provando” que não havia indígenas na região que lhe interessava. Com isso, o presidente João Figueiredo retirou 526.800 hectares da reserva indígena e repassou à empresa (MARQUES et al, 2023b).

A implantação do Projeto Pitinga foi acompanhada de violência efetivada pela associação entre a Sacopã (empresa paramilitar de segurança) e a Mineração Taboca. Os Tikirya, que eram Kinja do Pitinga, desapareceram: “Taboka ikame, Tikirya ytohpá. Apiyamyake? Apiyamyake? (Taboca chegou, Tikirya sumiu. Por que? Por que?)” (SCHWADE apud CEDVMJA, 2014, p. 15).

Durante o período analisado, os Tenharim do Igarapé Preto afirmam que eram algumas centenas e se reduziram a 5 famílias, aproximadamente 20 pessoas. Alguns teriam voltado a ser nômades. Os Jiahui relatam que eram mais de 1 mil pessoas e restaram no território apenas 6 pessoas. Os Waimiri-Atroari eram em torno de 3 mil pessoas no início dos anos 1970 e em 1983 haviam se reduzido a apenas 332 indígenas.

Também sofreram violações trabalhadores(as) não indígenas da Paranapanema. Assédio moral, tortura, repressão sindical e outras formas de violências foram métodos de disciplinamento de sua força de trabalho, cerceando a liberdade individual e coletiva:

A guarda patrimonial era muito rígida e tinha muita autonomia para se impor aos trabalhadores. Tinha até cela na guarita, para prender os trabalhadores, e, às vezes, levavam os coitados para um canil, com cães pastores-alemães dentro. [...] Os guardas chegaram a tirar a unha de um cidadão. Ele precisava falar algo e, como não falou, arrancaram as unhas dele. (EDMAR FONSECA apud SILVAN, 2014, p. 117)

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em resumo, durante os anos 1960-1980 a Paranapanema conseguiu benefícios em decorrência de que alguns aliados e acionistas destacados conseguiram assumir funções importantes na estrutura de decisão do Estado brasileiro sob a ditadura. De outro lado, também abrigou em suas estruturas militares de alta patente ocupando cargos de relevância. Gerava, com isso, um espaço nebuloso e promíscuo que, entre o público e o privado, beneficiava a empresa. Mas a grande Paranapanema foi minguando após o final da ditadura empresarial-militar, e perdendo força, a ponto de se desfazer de sua divisão de extração e beneficiamento de cassiterita/estanho.

A pesquisa reuniu grande comprovação documental e dezenas de depoimentos com os sobreviventes, redundando em um relatório de 391 páginas (sem a transcrição dos depoimentos). Este material subsidia o MPF e o MPT nas ações de reparações em função das graves violações que os povos sofreram. As violações foram terríveis, mas estes povos continuam de pé, e resistindo. Os Yanomami afirmam: *ya temi xoa* (eu ainda estou vivo). Se continuam vivo é porque lutaram resistiram. Os Jiahui, reduzidos a seis pessoas, perderam o seu território, se reagruparam e ocuparam novamente suas terras. Na assembleia que fizemos no sul do Amazonas com estes povos. O MPF, entre diversas proposições apresentadas, levantou a possibilidade de um pedido de perdão por parte da empresa. Uma das lideranças locais, dona Margarida Tenharim, se manifestou dizendo que seu coração continua sangrando até hoje porque a estrada continua lá e ninguém foi punido pelos crimes. Concluiu afirmando que não adianta pedir perdão porque eles não vão perdoar. Eles ainda estão vivos, e, vivos, continuam lutando.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAINES, Stephen Grants. Dispatch: The Waimiri-Atroari and the Paranapanema Company. Critique of Anthropology, London, Newbury Park and New Delhi, Vol. 11 (2): 143-153, June 1, 1991.

BOHOSLAVSKY, J; TORELLY, M. Cumplicidade Financeira na Ditadura Brasileira: implicações atuais. Revista Anistia Política e Justiça de Transição, Ministério da Justiça, n. 6, jul./dez. 2011. Brasília: Ministério da Justiça, 2012

CAMELY, Nazira; MARQUES, Indira; MARQUES, Gilberto. Acumulação de capital e saque de recursos naturais na Amazônia. In: MATTOS, Fernando; ARAÚJO, Victor. Economia brasileira: uma reconstrução necessária. São Paulo: Hucitec, 2023.

COMITÊ ESTADUAL DE DIREITO À VERDADE, À MEMÓRIA E À JUSTIÇA DO AMAZONAS (CDVMJA). A Ditadura Militar e o Genocídio do Povo Waimiri-Atroari: ‘por que kamña matou kiña’?. Campinas: Curt Nimuendaju, 2014.

DOC. A-003. ARQUIVO NACIONAL. [Documento]. Disponível em: <http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_2M/0/0/0201_v_04/BR_DFANBSB_2M_0_0_0201_v_04_d0001de0001.pdf> Acesso em: 20 maio 2023.

DOC. A-004. ARQUIVO NACIONAL. ACE nº 073965 de 13 mar. 1990. Procedimento da Procuradoria Geral da República, de n.º 3929/81. Disponível em: <http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/AAA/90073965/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_90073965_d0001de0001.pdf>

DOC. A-005. BRASIL. Inauguração dos trabalhos de construção da rodovia Transamazônica. [Vídeo] Youtube, 20 maio de 2023. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=IPZ0h9yJ26M>> . Acesso em: 20 maio 2023.

DREIFUSS, René Armand. 1964: A conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classe. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

FERREIRA, Alcides. Negócio do diabo: a história do fenômeno Paranapanema na Bolsa de Valores de São Paulo. São Paulo: FIECAFI-USP, 1998 (monografia de MBA).

HARVEY, David. O Novo Imperialismo. 6. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. In: STEDILE, João Pedro e TRASPADINI, Roberta (orgs). Ruy Mauro Marini: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARQUES, Gilberto et al. Paranapanema. In: Teles, E.; OSMO, C.; CALAZANS, M. A responsabilidade de empresas por violações de direitos durante a ditadura – Informe público. SP: Unifesp, 2023a.

MARQUES, Gilberto et al. Violações de direitos cometidos por empresas durante a ditadura – o caso Paranapanema. Relatório final (confidencial). SP: Unifesp/MPF, 2023b.

MARQUES, Gilberto. Amazônia: riqueza, degradação e saque. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

MARQUES, Gilberto. Estado e Desenvolvimento na Amazônia: a inclusão amazônica na reprodução capitalista brasileira. RJ: UFRJ, 2007. Tese de doutorado.

MARQUES, Indira. Território Federal e mineração de manganês: gênese do Estado do Amapá. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009 (Tese de Doutorado).

MARX, Karl. O Capital. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

OLIVEIRA, Vitor; BORGES, Celma; MARQUES, Gilberto. Ditadura empresarial-militar e mineração na Amazônia: Paranapanema e os crimes contra os povos originários. Revista Brasileira de História. SP, v. 44, nº 97, 2024.

PARANAPANEMA S.A. Em Recuperação Judicial – Consolidado (2022). Disponível em: <<https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/419ea13e-3f77-40c7-916f-17d2c9adde94/061e8363-9968-51d7-e04d-bc0d3eca4056?origin=1>> Acesso em: 10 jun. 2023.

PARANAPANEMA. Histórico. Anos 60 e 70. s/d. Disponível em: <https://www.paranapanema.com.br/>

PARANAPANEMA. Relatório mensal de atividades. Abril de 2023. In: [file:///D:/Documents/Paranapanema% 20 Waimiri/Contas%20 Demonstrativas%20 Mensais%20abril_ 2023.pdf](file:///D:/Documents/Paranapanema%20Waimiri/Contas%20Demonstrativas%20Mensais%20abril_2023.pdf). Acessado em 10/06/2023.

PAYNE, Leigh A. et al. Economic Actors and the Limits of Transitional Justice. Truth and Justice for Business Complicity in Human Rights Violations. Oxford: Oxford University Press, 2022.

REGINATTO, Ana Carolina. A ditadura empresarial-militar e as mineradoras (1964-1988). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019.

REVISTA CAPITAL ABERTO. A volta de uma lenda. Ano 5, n. 52, dez 2007. São Paulo: Capital Aberto, 2007.

RODRIGUES, A. F. S. O Boom Estanífero Brasileiro: Fatores Determinantes, Efeitos e Perspectivas. 1997. Dissertação (Mestrado em Geociências) - Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

SANTOS, Adriana Gomes. Controle e repressão aos Waimiri-Atroari na fronteira Amazonas-Roraima no período da ditadura brasileira (1964-1985): uma faceta da parceria entre estado e o mundo empresarial (Paranapanema-Sacopã). Tese de Doutorado. PUC-SP: 2021.

SILVAN, Denisson. Trabalho e relações de trabalho na Mineração Taboca. Manaus: Edua, 2014.

TROTSKY, Leon. História da Revolução Russa. São Paulo: Sundemann, 2007.